

# Brasil inicia as gestões para nova renegociação

**MILANO LOPES**

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, realizam, à margem dos eventos ligados à 39ª assembléia anual conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), gestões com autoridades do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e dirigentes das instituições multilaterais de crédito e financiamento, como o Bird e o próprio FMI, com vistas à montagem da estratégia de refinanciamento da dívida externa brasileira. As negociações oficiais, correspondentes à fase três, serão iniciadas dentro de um mês em Nova York e Londres.

Essa estratégia começou a ser montada três semanas atrás, quando o ministro Delfim Netto, do Planejamento, principal responsável pelas negociações do lado brasileiro, percorreu durante dez dias os escritórios dos principais banqueiros nova-iorquinos e da "City", sondando sua disposição de tornar mais flexíveis os entendimentos. Delfim levava como principal argumento um relatório preparado pelo Banco Central, indicando a "performance" da política de ajustamento da economia, prescrita pelo FMI e executada pelo Brasil, com êxito principalmente na frente externa.

Os banqueiros se impressionaram com o elevado superávit comercial brasileiro, que deverá ultrapassar este ano em cerca de US\$ 3,0 bilhões as previsões mais otimistas do governo, mas ao mesmo tempo manifestaram-se preocupados com a rigidez da taxa inflacionária, que teima em permanecer no incômodo patamar dos 200%. Delfim explicou-lhes que o processo inflacionário decorreu, basicamente, dos êxitos obtidos na frente externa, ou seja, foram os cruzeiros liberados no mercado, correspondentes aos dólares obtidos nas exportações, que pressionaram as contas monetárias, estimulando a inflação.

## PISO QUE PREOCUPA

Em março deste ano, os principais banqueiros credores comunicaram a Delfim Netto que a negociação que se estabelecesse com o México funcionaria como uma espécie de piso para o entendimento com o Brasil. Essa promessa, tida na época como demonstração de confiança do sistema financeiro internacional na recuperação das contas cambiais brasileiras e de sua capacidade de pagamento, é vista hoje com certa preocupação.

A verdade é que o México, apesar dos êxitos em sua política de ajustamento interno e externo, conseguiu bem menos do que seu governo e as próprias autoridades brasileiras achavam que ele merecia. Do total de US\$ 50 bilhões da dívida mexicana, cerca de US\$ 23 bilhões foram "rolados" para um prazo de 14 anos, mas a carência não ultrapassou um ano.

Houve, é verdade, uma pequena redução no spread (taxa de risco) e a eliminação das taxas e comissões que sempre tornam o dinheiro mais caro. Contudo, os mexicanos comprometeram-se a aceitar a "assistência" do FMI durante o período de vigência do ajuste e ainda a adiantar uma parcela corres-

pondente a US\$ 1,5 bilhão de um empréstimo levantado no início do ano passado, como forma de compensar os bancos pela dispensa das taxas e comissões.

Na análise do governo brasileiro, os mexicanos acabaram fazendo um mau negócio, até mesmo porque se ligaram por quase uma década e meia aos compromissos com o Fundo Monetário Internacional, que atuará, durante todo esse período, como uma espécie de fiscal dos banqueiros, alertando sempre que a economia mexicana ameaçar sair dos trilhos.

Diante dos resultados pífios da negociação mexicana, as autoridades brasileiras passaram a se preocupar com o nível de flexibilidade que poderão obter nas negociações de outubro próximo. A idéia de uma capitalização, mesmo parcial, dos juros, parece afastada, assim como de uma negociação política a nível de governo.

Na verdade, o Brasil acomodou-se à idéia de uma negociação convencional e vai lutar na expectativa de reduzir os spreads, sensivelmente altos em relação aos ajustes feitos com outros países devedores, elevar ao máximo o prazo de rolagem da dívida, obter o maior prazo possível de carência e ainda conseguir dispensa das taxas e comissões, sem ter que adiantar o pagamento do "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões levantado durante a fase dois das negociações, com os bancos privados.

## RESISTÊNCIA

Tudo indica que não será fácil. Os banqueiros resistem em ceder ao Brasil. Alguns se impressionam com os resultados da conta comercial este ano, mas advertem que o êxito poderá ser menor em 1985, em decorrência da redução da atividade econômica nos Estados Unidos. Outros lembram que metade do superávit comercial brasileiro, que este ano poderá ultrapassar os US\$ 12,0 bilhões, provém das importações americanas, necessárias à sustentação de uma taxa de crescimento do PNB próxima dos 7%. No próximo ano, contudo, o produto americano não deverá ultrapassar os 3% — e sinais evidentes dessa desaceleração já são sentidos a partir de agora —, o que irá influenciar no sentido de uma redução do superávit comercial brasileiro.

É justamente para aprofundar a discussão em torno desse quadro, e sentir até que ponto o setor institucional — governo americano, alguns países europeus e instituições como o FMI e o Banco Mundial — está disposto a pressionar os bancos para flexibilizar as negociações de outubro, que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central aproveitarão sua permanência de uma semana nos Estados Unidos.

À margem das repetitivas e até certo ponto estéréis discussões envolvendo a assembléia geral do FMI-Bird, inclusive as reuniões preparatórias com o grupo dos 24 e o Comitê para o Desenvolvimento as duas autoridades brasileiras terão chances de conversar e sentir a reação da comunidade financeira internacional e da área institucional, sobre a viabilidade de uma maior flexibilidade nas negociações com o Brasil, em outubro. Brasília/Agência Estado